



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

MAITÉ LAURY GALDINO OLIVEIRA

Endividamentos: Um reflexo da baixa educação financeira?

**João Pessoa
2025**

MAITÉ LAURY GALDINO OLIVEIRA

ENDIVIDAMENTOS: UM REFLEXO DA BAIXA EDUCAÇÃO FINANCEIRA?



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Orientador(a): Odilon Saturnino Silva Neto

**JOÃO PESSOA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *Campus* João Pessoa

O48e Oliveira, Maitê Laury Galdino.

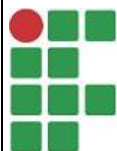
Endividamentos : um reflexo da baixa educação financeira /
Maitê Laury Galdino Oliveira. – 2025.
60 f. : il.

TCC (Graduação – Curso Superior de Bacharelado em
Administração) – Instituto Federal de Educação da Paraíba /
Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, 2025.

Orientação: Prof^o Odilon Saturnino Silva Neto.
1.Endividamento. 2. Crédito consignado. 3. Educação fi-
nanceira, 4. Comportamento financeiro. 5. João Pessoa/PB. I.
Título.

CDU 336.1:64.031(043)

∴ Bibliotecária responsável: Lucrecia Camilo de Lima – CRB 15/132



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

CAMPUS JOÃO PESSOA

COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO -
CAMPUS JOÃO PESSOA

AVALIAÇÃO 56/2025 - CCSBA/UA5/UA/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 25 de agosto de 2025.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MAITE LAURY GALDINO OLIVEIRA

Matrícula 20211460071

ENDIVIDAMENTO POR EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS: UM REFLEXO DA BAIXA EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **20/08/2025** no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, **20** de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Odilon Saturnino Silva Neto (IFPB)

Orientador(a)

Robson Oliveira Lima (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Glauco Barbosa de Araújo (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- Odilon Saturnino Silva Neto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/08/2025 09:08:03.
- Glauco Barbosa de Araujo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/08/2025 21:28:15.
- Robson Oliveira Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 27/08/2025 16:05:55.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/08/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 752227

Código de Autenticação: 933e35a3f8



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Maria de Fátima e Laércio Santos, pelo amor incondicional, apoio e incentivo em cada etapa da minha vida acadêmica e pessoal. Vocês foram minha base, minha inspiração e meu exemplo de perseverança.

Aos meus amigos, Matheus Medeiros, Thiago Lapa, Leonardo Diniz, Henrique Leite, Magda Cândico e Wivian Luize que estiveram ao meu lado não apenas nas horas de alegria, mas também nos dias mais difíceis. Obrigada por compreenderem minhas ausências, por me ouvirem, me motivarem e celebrarem comigo cada pequena vitória desta caminhada.

À instituição Instituto Federal da Paraíba (IFPB), pelo ensino público, gratuito e de qualidade, que me proporcionou não apenas conhecimento técnico e científico, mas também valores humanos e sociais fundamentais para minha formação profissional e cidadã.

Por fim, a todos que, de alguma forma, deixaram sua marca nesta etapa da minha vida — seja com uma palavra amiga, um conselho sábio ou um simples sorriso —, deixo registrado meu mais profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho aborda a relação entre a baixa literacia financeira e o crescente endividamento das famílias brasileiras, um cenário agravado pela desinformação e por um ambiente macroeconômico complexo. A ausência de conhecimentos básicos sobre finanças contribui para decisões impulsivas e pouco estratégicas no acesso ao crédito, especialmente na modalidade de empréstimo consignado, que, apesar da aparente segurança e juros menores, pode levar a um ciclo de endividamento crônico quando suas consequências de longo prazo não são compreendidas. O objetivo geral foi analisar a relação entre a alfabetização financeira e o endividamento por empréstimos consignados. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo quantitativa e descritiva na cidade de João Pessoa/PB, com 32 indivíduos, utilizando um questionário estruturado via Google Forms para coletar dados sobre perfil socioeconômico, comportamento, atitude e conhecimento financeiro. Os principais resultados revelaram um perfil de endividamento concentrado no uso do cartão de crédito, muitas vezes para suprir necessidades básicas como alimentação, e o recurso a compromissos de longo prazo, como financiamentos e empréstimos pessoais. Conclui-se que o endividamento, mesmo entre uma amostra com elevado grau de escolaridade, está diretamente ligado a comportamentos e à falta de planejamento, reforçando que a baixa educação financeira é um fator determinante para a tomada de decisões financeiras prejudiciais, que comprometem a qualidade de vida e a sustentabilidade econômica dos indivíduos.

Palavras-chave: Endividamento. Crédito Consignado. Educação Financeira. Comportamento Financeiro. João Pessoa/PB.

ABSTRACT

This study addresses the relationship between low financial literacy and the growing indebtedness of Brazilian families, a scenario aggravated by misinformation and a complex macroeconomic environment. The lack of basic financial knowledge contributes to impulsive and strategically poor decisions when accessing credit, especially in the form of payroll-deductible loans, which, despite their apparent security and lower interest rates, can lead to a chronic cycle of debt when their long-term consequences are not understood. The main objective was to analyze the relationship between financial literacy and indebtedness from payroll-deductible loans. To do so, a quantitative and descriptive field survey was conducted in the city of João Pessoa/PB with 32 individuals, using a structured questionnaire via Google Forms to collect data on socioeconomic profile, behavior, attitude, and financial knowledge. The main results revealed a debt profile concentrated on credit card use, often to meet basic needs such as food, and the resort to long-term commitments, such as financing and personal loans. It is concluded that indebtedness, even among a sample with a high level of education, is directly linked to behaviors and a lack of planning, reinforcing that low financial education is a determining factor for making detrimental financial decisions that compromise individuals' quality of life and economic sustainability.

Keywords: Indebtedness. Payroll-deductible loan. Financial Education. Financial Behavior. João Pessoa/PB.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Caracterização da população participante da pesquisa.....	25
TABELA 2: Caracterização da atividade profissional da população participante da pesquisa.....	31
TABELA 3: Caracterização dos gastos da população participante da pesquisa.....	33
TABELA 4: Caracterização do tipo de dívida da população.....	35
TABELA 5: Frequência de uso de ferramentas de controle de gastos pessoais.....	39
TABELA 6: Conhecimento dos participantes sobre educação financeira.....	41
TABELA 7: Análise descritiva: perfil de respondentes que possuem crédito consignado.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Grau de instrução dos participantes do estudo.....	26
GRÁFICO 2: Estado civil dos participantes do estudo.....	27
GRÁFICO 3: Atividade profissional dos participantes do estudo.....	27
GRÁFICO 4: Renda familiar mensal dos participantes do estudo.....	28
GRÁFICO 5: Imóvel dos participantes do estudo.....	29
GRÁFICO 6: Itens de infraestrutura presentes nas residências dos participantes do estudo.....	30
GRÁFICO 7: Infraestrutura da rua das residências dos participantes do estudo.....	30
GRÁFICO 8: Tipos de dívidas declaradas pelos participantes.....	32
GRÁFICO 9: Conhecimento dos participantes do estudo sobre educação financeira.....	36
GRÁFICO 10: Conhecimento dos participantes do estudo sobre Finanças pessoais.....	37
GRÁFICO 11: Experiência dos participantes do estudo sobre educação financeira formal e informal.....	38
GRÁFICO 12: Planejamento Previdenciário: Expectativas e Ações entre os Participantes.....	40
GRÁFICO 13: Quantidade de acertos sobre educação financeira de acordo com o gênero dos participantes.....	42
GRÁFICO 14: Relação entre endividamento e educação financeira.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN: Banco Central do Brasil

BC: Banco Central

CNC: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CPF: Cadastro de Pessoa Física

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEIC: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PIB: Produto Interno Bruto

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SPC: Serviço de Proteção ao Crédito

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	OBJETIVOS.....	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos Específicos	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA	16
2.1.1	O papel da alfabetização financeira no endividamento.....	18
2.2	MERCADO DE CRÉDITO E SUAS DIMENSÕES	18
2.3	A LEI DO CRÉDITO CONSIGNADO E O PROGRAMA CRÉDITO DO TRABALHADOR	20
2.4	DADOS DO ENDIVIDAMENTO	21
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	23
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	23
3.2	LOCAL E POPULAÇÃO DO ESTUDO.....	23
3.3	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DO ESTUDO... Erro! Indicador não definido.	
3.4	COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	23
4	INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICES	52

1 INTRODUÇÃO

A literacia financeira — ou educação financeira — é compreendida como a capacidade de indivíduos compreenderem conceitos e riscos financeiros, habilidades essas necessárias para tomarem decisões bem fundamentadas, a fim de melhorar seu bem-estar financeiro (OECD, 2016). No Brasil, essa competência ainda é pouco desenvolvida, conforme apontam dados do Banco Central (2023), que mostram que uma parcela significativa da população adulta não possui conhecimentos básicos sobre juros, inflação e planejamento financeiro. A ausência de uma formação sólida nesta área contribui para decisões impulsivas e pouco estratégicas no uso de recursos e acesso ao crédito, sendo uma das raízes do crescente endividamento das famílias brasileiras.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reforça a importância da educação financeira desde os primeiros anos escolares como forma de promover autonomia e responsabilidade na gestão dos recursos ao longo da vida. A baixa literacia financeira afeta diretamente a capacidade dos consumidores de compreenderem produtos bancários, calcularem os custos efetivos de empréstimos e planejarem o futuro financeiro, o que se reflete em escolhas pouco vantajosas e, muitas vezes, prejudiciais à saúde financeira individual e familiar.

O ambiente financeiro brasileiro é influenciado por uma série de fatores macroeconômicos e estruturais que tornam o mercado complexo e desafiador para o consumidor médio. Os mercados monetário, de câmbio, de capitais e de crédito atuam de forma interdependente, impactando diretamente o custo do dinheiro e o acesso ao crédito. A taxa Selic — principal instrumento de política monetária do Banco Central — determina os juros básicos da economia e, conseqüentemente, interfere nas taxas cobradas por instituições financeiras em diversas modalidades de empréstimo. Em períodos de alta da Selic, como o observado nos últimos anos, o crédito torna-se mais caro, o que, teoricamente, deveria desincentivar seu uso. No entanto, a demanda por crédito continua elevada, o que indica que a decisão de contratar dívidas muitas vezes não está ancorada em critérios técnicos, mas sim na urgência e na desinformação (Carvalho & Souza, 2022).

Dentro desse cenário, destaca-se o crescimento da modalidade de crédito consignado — empréstimos cujas parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento. Essa forma de crédito é considerada menos arriscada para as instituições

financeiras, o que permite a oferta de taxas de juros menores em comparação a outras modalidades. De acordo com o Banco Central do Brasil (2023), o crédito consignado responde por uma parcela expressiva do total de empréstimos tomados por aposentados, pensionistas e servidores públicos. No entanto, sua acessibilidade também se transforma em um risco, pois muitos contratantes não possuem plena compreensão dos compromissos financeiros assumidos nem das consequências de longo prazo, o que pode gerar um ciclo de endividamento crônico.

A ideia da pesquisa partiu da observação de um fenômeno cada vez mais frequente no cotidiano brasileiro: o crescimento expressivo do endividamento por meio do crédito consignado, especialmente entre aposentados e trabalhadores do setor público. Como futuro(a) profissional da área de Administração, compreender os fatores que levam à tomada de decisão financeira mal-informada é essencial para promover práticas de gestão mais éticas, conscientes e orientadas à sustentabilidade econômica individual e coletiva. Para a área da Administração, o tema é relevante pois envolve diretamente a relação entre comportamento do consumidor, gestão de crédito e responsabilidade das instituições financeiras. Já para a sociedade, a pesquisa contribui ao apontar como a baixa educação financeira pode gerar consequências socioeconômicas graves, como o superendividamento, comprometendo a qualidade de vida e o equilíbrio do sistema de crédito nacional.

Dessa forma, este trabalho propõe investigar o endividamento por meio de empréstimos consignados como um reflexo da baixa literacia financeira no Brasil, especialmente em um contexto de alta dos juros e instabilidade econômica. A partir disso, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: Em que medida o endividamento por empréstimos consignados no Brasil pode ser considerado um reflexo da baixa educação financeira da população? O objetivo geral foi analisar a relação entre alfabetização financeira e o endividamento tendo como foco os empréstimos consignados. E como objetivos específicos buscou-se identificar os principais motivos que levam as pessoas a recorrerem ao empréstimo consignado; verificar o nível de conhecimento, comportamento e atitude das pessoas que contratam empréstimos consignados além de investigar possíveis dificuldades enfrentadas pelos endividados para quitar suas dívidas.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre alfabetização financeira e o endividamento tendo como foco os empréstimos consignados.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais motivos que levam as pessoas a recorrerem ao empréstimo consignado.
- Verificar o nível de alfabetização financeira, comportamento e atitude das pessoas que contratam empréstimos consignados.
- Relacionar o nível de alfabetização financeira com o nível de endividamento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este referencial teórico tem como objetivo embasar conceitualmente os principais temas que norteiam esta pesquisa, com foco nas relações entre alfabetização financeira, mercado de crédito e níveis de endividamento da população. Inicialmente, aborda-se o conceito de alfabetização financeira, compreendendo-a como uma competência essencial para a tomada de decisões econômicas conscientes e sustentáveis. Em seguida, discute-se o papel da alfabetização financeira no endividamento, analisando como a ausência de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais pode contribuir para comportamentos financeiros de risco, especialmente em contextos de fácil acesso ao crédito.

Na sequência, examina-se o mercado de crédito e suas dimensões, com destaque para os mecanismos que facilitam o consumo imediato, muitas vezes em detrimento do equilíbrio financeiro dos indivíduos. Dentro desse contexto, são analisadas as especificidades da Lei do Crédito Consignado e o Programa Crédito do Trabalhador, como instrumentos de ampliação do acesso ao crédito, mas também como potenciais vetores de superendividamento quando utilizados sem o devido planejamento.

Por fim, são apresentados dados sobre o endividamento no Brasil, com base em estatísticas recentes, a fim de ilustrar o cenário atual e contextualizar a relevância do tema. A análise desses dados permite uma reflexão sobre os impactos sociais e econômicos da relação entre acesso ao crédito, educação financeira e endividamento da população.

2.1 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

O termo “alfabetização financeira”, é considerado um conceito bastante amplo, e tem sido definido de maneiras diversas por diferentes autores. Para Atkinson e Messy (2012), a alfabetização financeira abrange três dimensões: o conhecimento, o comportamento e a atitude financeira. Já Robb; Babiartz; Woodyard (2012), entendem que a alfabetização financeira está relacionada à capacidade do indivíduo de compreender informações financeiras e, a partir disso, tomar decisões financeiras eficazes.

Dada a sua relevância, a alfabetização financeira tornou-se um diferencial essencial para os indivíduos. A compreensão dos fundamentos básicos das finanças permite que as pessoas estejam mais bem preparadas para alcançar e manter o bem-estar financeiro (Philippas; Avdoulas, 2020).

Conforme Atkinson e Messy (2012), entre as principais vantagens de ser financeiramente alfabetizado destacam-se o planejamento eficaz das despesas e o aumento da segurança financeira.

De acordo com Huston (2010), o conceito de alfabetização financeira envolve tanto o entendimento do tema quanto a sua aplicação prática. Ou seja, trata-se da habilidade de utilizar o conhecimento adquirido para gerir sua própria situação financeira de maneira eficaz. Robb, Babiarz e Woodyard (2012), destacam que, embora muitas pessoas utilizem os termos alfabetização financeira e educação financeira como sinônimos, existe uma diferença significativa entre estes. A alfabetização financeira refere-se à capacidade de compreender informações financeiras e tomar decisões assertivas com base nesse entendimento. Por outro lado, a educação financeira diz respeito ao conhecimento financeiro em si, ou seja, a educação financeira tem como foco principal o conhecimento, enquanto a alfabetização financeira envolve, além do conhecimento, o comportamento e a atitude financeira dos indivíduos (Savoia, 2018).

Nesse sentido, observa-se que uma boa educação financeira pode transformar significativamente a vida de uma pessoa. Por meio de ações como o pagamento pontual de dívidas e aquisição consciente de bens materiais, é possível garantir uma melhor qualidade de vida e promover uma vida mais saudável e equilibrada (Atkinson; Messy, 2012).

Oseifuah, Gyekye e Formadi (2018), destacam que o analfabetismo financeiro pode gerar uma série de consequências negativas, principalmente em países em desenvolvimento, onde a falta de conhecimentos sobre gestão financeira tende a agravar problemas socioeconômicos, como por exemplo: o endividamento excessivo, baixa taxa de aplicação financeira nas poupanças, planejamentos inadequados de aposentadoria, limitação no acesso a melhores condições de vida etc. Além disso, a má gestão financeira também está associada a impactos na saúde mental, podendo contribuir para o desenvolvimento de quadros depressivos.

2.1.1 O papel da alfabetização financeira no endividamento

De acordo com o Observatório de Endividamento dos Consumidores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2002), considera-se endividamento a situação em que o indivíduo possui um saldo devedor decorrente de uma ou mais dívidas, que, geralmente, estão associadas ao uso de cartões de crédito, aquisição de bens e serviços, financiamento habitacional ou até mesmo dívidas contraídas por terceiros.

Conforme descrito por Potrich et al. (2016), o endividamento da população brasileira tem aumentado de forma significativa ao longo dos anos. Uma das principais preocupações relacionadas a esse cenário é o descontrole financeiro generalizado, cujas consequências podem ser severas, incluindo a marginalização, a exclusão social, o surgimento de doenças físicas e mentais, além do crescimento dos índices de inadimplência no país.

Beal e Delpachitra (2003), identificaram que indivíduos com baixos níveis de alfabetização financeira tendem a adotar comportamentos que favorecem o endividamento. Entre esses comportamentos, destacam-se o uso excessivo do cartão de crédito, a contratação de empréstimos pessoais para consumo próprio, a tendência para assumir hipotecas etc. Lusardi e Mitchell (2007), identificaram que, quanto maior o grau de escolaridade do indivíduo, maiores são suas chances de apresentar respostas positivas a questões relacionadas à alfabetização financeira.

No estudo desenvolvido por Lusardi e Tufano (2009), observou-se que a falta de alfabetização financeira relacionada ao endividamento é mais recorrente entre mulheres, idosos, minorias, pessoa de baixa renda e indivíduos divorciados ou separados. Ainda segundo esses autores, aqueles com baixo nível de alfabetização financeira enfrentam maiores dificuldades para compreender o funcionamento de conceitos fundamentais, como os juros e a utilização adequada do cartão de crédito.

2.2 MERCADO DE CRÉDITO E SUAS DIMENSÕES

Com o passar dos anos, a concessão de crédito para clientes pessoa física tem aumentado significativamente. Aqueles que antes tinham pouco ou nenhum acesso ao crédito agora contam com uma maior disponibilidade de ferramentas, como cheque especial, cartões de crédito, crédito consignado, financiamentos habitacionais,

estudantis e de veículos, entre outros (Canhete, 2021).

O cheque especial é uma modalidade de crédito destinada tanto a pessoas físicas como jurídicas, que consiste na liberação de um limite de crédito pré-aprovado por um banco ao titular da conta. Pode ser utilizado principalmente em situações que envolvam saldo insuficiente para o pagamento de contas, compensação e cheques e/ou saques em dinheiro. Quanto ao custo, geralmente é cobrada uma taxa de juros que varia de acordo com a instituição financeira e que vai sendo utilizado enquanto a dívida não for quitada (Canhete, 2021).

O cartão de crédito, assim como o cheque especial, pode ser utilizado por pessoas físicas e jurídicas, funcionando por meio de um limite pré-aprovado. As transações realizadas com o cartão podem ser pagas à vista ou de forma parcelada. No caso do pagamento total da fatura até a data de vencimento, o cartão de crédito é utilizado apenas como um instrumento de pagamento pós-pago, sem a incidência de juros remuneratórios. No entanto, quando o pagamento é feito de forma parcelada (no chamado crédito rotativo) ou quando a fatura não é quitada integralmente, há a cobrança de juros, que serão incorporados às faturas seguintes (Oliveira, 2010).

Outra modalidade de crédito refere-se aos contratos de financiamento, nos quais instituições financeiras ou empresas de crédito concedem ao tomador uma quantia destinada a investimentos específicos, como a compra de algum bem. Em contrapartida, o contratante se compromete a devolver o valor recebido acrescido de juros remuneratórios, calculados sobre o montante financiado (Sales, 2017).

Por fim, existem duas modalidades de empréstimo pessoal: o consignado e não consignado. O crédito consignado é caracterizado pelo descontado automático das parcelas diretamente na folha de pagamento ou no benefício previdenciário do contratante. Essa operação exige autorização prévia e expressa do cliente à instituição financeira para a efetivação dos descontos. Já o crédito não consignado, por sua vez, não está vinculado ao contracheque nem à aquisição de bem ou serviços específicos, e o pagamento das parcelas não é automaticamente retido do salário ou benefício do contratante (Pereira, 2011).

A modalidade de crédito consignado foi criada com o intuito de estimular e ampliar o mercado de crédito no país, reduzindo principalmente as taxas de juros e aumentando o prazo de financiamento. Como as parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento o risco de inadimplência é praticamente nulo, uma vez que o desconto

só passa a não ocorrer em casos de desligamento do funcionário por parte da empresa. Nesses casos, uma parte da rescisão deve ser direcionada ao banco realizador do empréstimo como forma de amortizar ou quitar a dívida (Bacen, 2004).

O Banco Central do Brasil (BACEN) estabelece ainda que o valor das prestações não exceda os 30% do salário do trabalhador, a mesma regra vale para os aposentados e pensionistas, no qual o valor das prestações não pode exceder os 30% do benefício recebido, incluindo o limite do cartão de crédito disponibilizado por algumas instituições bancárias. Vale ressaltar que a escolha pela instituição bancária fica a cargo do contratante, podendo este optar pela empresa que oferece menor taxa de juros (Pereira, 2011).

2.3 A LEI DO CRÉDITO CONSIGNADO E O PROGRAMA CRÉDITO DO TRABALHADOR

Em 17 de dezembro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.820, que regulamenta a contratação de empréstimos com desconto automático em folha de pagamento. A norma se aplica aos empregados da iniciativa privada, bem como aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esta Lei teve como principal objetivo conferir segurança jurídica à concessão de crédito, viabilizando a oferta de recursos em condições mais vantajosas aos tomadores de empréstimos, especialmente por meio de taxas de juros mais baixas e prazos de pagamento mais longos (Fassarela, 2020).

Para os bancos pudessem se beneficiar da garantia de desconto em folha de pagamento, foi necessária a celebração de acordos específicos entre cada instituição financeira e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que demandou certo tempo. Assim, os empréstimos consignados só passaram a ser efetivamente contratados após a formalização de convênios entre o INSS e os bancos, bem como entre as instituições financeiras e as empresas empregadoras a partir de maio de 2004 (Fassarela, 2020).

A Lei do Crédito Consignado também estabelece uma série de condições a serem detalhadas nos convênios celebrados entre o INSS e os bancos, e entre os bancos e as empresas empregadoras — podendo, em alguns casos, envolver também os sindicatos representativos da categoria profissional. Uma das exigências

fundamentais é a limitação da parcela mensal do empréstimo a 30% da renda do solicitante, com o intuito de evitar o superendividamento do trabalhador e mitigar o risco para as instituições financeiras. Além disso, são definidos prazos máximos para o pagamento dos empréstimos (Oliveira, 2010).

É de responsabilidade tanto do INSS quanto das empresas conveniadas realizar os descontos mensais diretamente na folha de pagamento e de comunicar ao banco quaisquer eventos como a demissão do empregado, por exemplo. Coelho e Funchal (2006), afirmam que a Lei do Crédito Consignado teve um impacto positivo na ampliação da oferta de crédito e na redução das taxas de juros cobradas de pessoas físicas. Além disso, a modalidade contribuiu significativamente para a quase eliminação da inadimplência, uma vez que o pagamento das parcelas é efetuado diretamente por meio de desconto em folha de pagamento. Costa e Mello (2006), ressaltaram ainda que este método proporcionou menores taxas de juros, o que ocasiona em uma maior oferta de crédito.

Uma das iniciativas de crédito mais recentes do Governo Federal é o Programa Crédito do Trabalhador instituída pela Medida Provisória nº 1.292, de 12 de março de 2025, com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito consignado para trabalhadores do setor privado. Por meio do programa, empregados regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), incluindo trabalhadores domésticos, rurais e diretores não empregados com vínculo ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) solicitem empréstimos junto a instituições financeiras autorizadas (Brasil, 2025a).

2.4 DADOS DO ENDIVIDAMENTO

De acordo com dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), em maio de 2025, aproximadamente 78% das famílias brasileiras declararam possuir algum tipo de dívida, enquanto 29,1% relataram estar com contas em atraso. Além disso, projeções da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indicam que o nível de endividamento das famílias deve continuar crescendo nos próximos anos, impulsionado principalmente pelo uso recorrente de crédito (Brasil, 2025b).

Em relação ao comprometimento da renda, verificou-se que, em média, as famílias destinam cerca de 30% de seus rendimentos ao pagamento de dívidas.

Contudo, um dado alarmante é que 20,8% dos brasileiros comprometem mais da metade de sua renda mensal com dívidas, o que evidencia uma situação de fragilidade financeira (Brasil, 2025b).

Na Paraíba, dados recentes da mesma pesquisa também demonstram um cenário de agravamento no endividamento. Em março de 2025, o número de inadimplentes no estado cresceu 2,03% em comparação ao mês anterior. Destaca-se que a principal forma de endividamento está relacionada ao uso do cartão de crédito, utilizado por 83,9% dos consumidores, seguido pelos carnês e pelo crédito pessoal, respectivamente (Paraíba, 2025).

Esses dados sugerem que o comprometimento da renda das famílias brasileiras em razão das dívidas, permanece elevado e crescente, configurando-se como um dos principais desafios para a promoção de melhorias na qualidade de vida da população.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo do tipo transversal, observacional com abordagem quantitativa e descritiva. De acordo com Gil (2002), esse tipo de estudo apresenta como principal característica o foco em uma comunidade, no qual a pesquisa geralmente ocorre através de observação direta das atividades do grupo estudado e/ou por meio de entrevistas para captar melhores informações sobre determinado tema.

3.2 LOCAL E POPULAÇÃO DO ESTUDO

O estudo ocorreu na cidade de João Pessoa – PB e contou com a participação de 32 indivíduos que participaram da pesquisa por acessibilidade. A população foi constituída por indivíduos com idade ≥ 18 anos, que aceitaram participar da pesquisa.

3.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada durante o mês de junho de 2025 pela própria pesquisadora. Para isso, foi elaborado um questionário estruturado (APENDICE A), composto por questões fechadas e por questões utilizando a escala *Likert* (instrumento de medida amplamente utilizado para mensurar atitudes, no qual os participantes expressam níveis variados de concordância ou discordância) (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

O instrumento foi respondido através da ferramenta *Google Forms*, organizado em blocos temáticos, conforme as dimensões de análise previamente definidas com base na literatura sobre educação financeira e comportamento do consumidor.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1, que sintetiza as dimensões do questionário aplicado, bem como as variáveis e os objetivos associados a cada uma delas.

Quadro 1 – Dimensões e variáveis do questionário aplicado

Dimensão	Variáveis / Perguntas	Objetivo
Perfil socioeconômico	Gênero; cor/raça/etnia; data de nascimento; grau de instrução; estado civil	Caracterizar o perfil demográfico dos respondentes
	Atividade profissional; vínculo empregatício; segmento profissional	Identificar a situação profissional e o tipo de ocupação
	Salário; tipo de moradia; itens dispostos na residência; infraestrutura da rua	Avaliar renda, posse de bens e condições de infraestrutura da moradia
	Comprometimento de renda	Verificar a distribuição do orçamento familiar
Endividamento	Dívidas que possui	Identificar os tipos de dívidas existentes
	Comprometimento de renda	Analisar o impacto das dívidas no orçamento
Comportamento financeiro	Uso de ferramentas de controle de gastos; aplicações financeiras?	Compreender práticas e hábitos de organização financeira
	Gastos mensais	Relacionar comportamentos financeiros com hábitos de consumo
Atitude financeira	Frases sobre atitudes e comportamentos financeiros (ex.: controle, planejamento, impulsividade)	Avaliar predisposições e valores individuais em relação ao dinheiro
	Preocupações com a aposentadoria	Identificar a visão de futuro e planejamento financeiro a longo prazo
Conhecimento financeiro	Conhecimento sobre educação financeira	Medir o nível de letramento financeiro e compreensão de conceitos básicos
Educação financeira	Aspectos relacionados ao endividamento e à educação conhecimento financeira	Investigar a relação entre financeiro e práticas que contribuem ao endividamento

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Quanto a análise dos dados, estes foram realizados por meio de estatística descritiva dos respondentes, utilizando o *software Excel®*. No *software* os dados foram organizados em planilhas para a realização das análises estatísticas descritivas.

4 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A população deste estudo foi composta por 32 indivíduos residentes na região metropolitana de João Pessoa – PB. Desses, 43,8% (n= 14) se identificavam como mulheres cisgênero, 50% (n= 16) como homem cisgênero, enquanto 01 indivíduo se identificou como não binário e 01 preferiu não se declarar. Quanto à cor/raça/etnia 59,4% (n= 19) dos participantes se declararam pardos, 34,4% (n= 11) brancos e 6,2% (n= 02) pretos. Com relação à faixa etária, a média de idade dos participantes foi de 28,9 anos. Dentre eles, 6,25% (n= 2) tinham até 20 anos, 81,25% (n= 26) estavam entre 21 e 39 anos, e 12,5% (n= 4) tinham mais de 40 anos, dados apresentados na Tabela 1.

Com relação à idade, Potrich *et al.* (2016), aponta que pessoas mais velhas são menos propensas a situações de endividamento.

Tabela 1. Caracterização da população participante da pesquisa

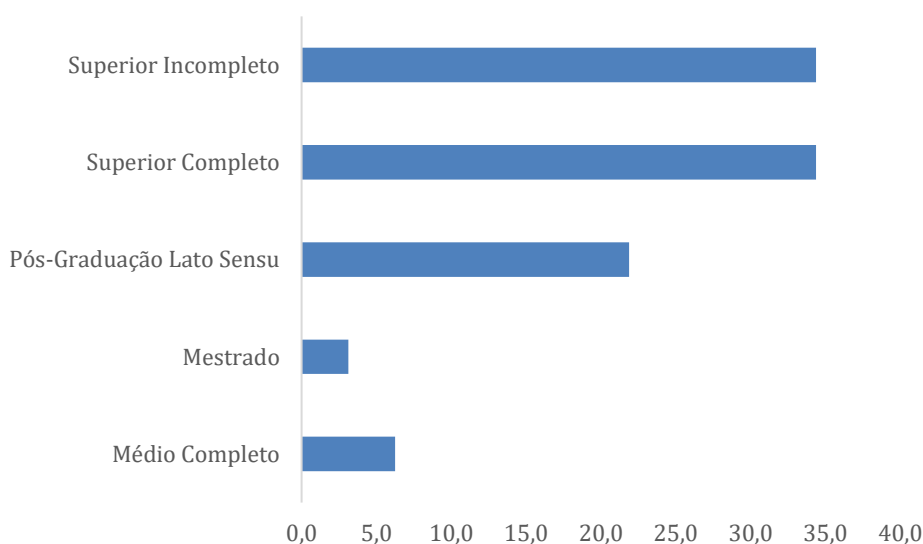
Variáveis	Amostra		Grupo total	
	N	(%)	N	(%)
Gênero				
Mulheres cis	14	43,8	32	100
Homens cis	16	50		
Não Binário	01	3,1		
Não se declarou	01	3,1		
Cor/Raça/Etnia				
Pardos	19	59,4	32	100
Brancos	11	34,4		
Pretos	02	6,2		
Faixa etária (anos)				
18 – 20	02	6,25	32	100
21 – 39	26	81,25		
>40	04	12,5		

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Seguindo esse mesmo pensamento, Vieira *et al.* (2013), complementa que o motivo das pessoas mais velhas possuírem maior aversão ao risco de se endividar está relacionado à fase da vida na qual se encontram, que para estes requer mais cautela, o que as torna menos propensas a vulnerabilidade quanto ao uso do dinheiro.

Com relação ao grau de instrução, 34,4% (n= 11) dos participantes indicaram ter curso superior completo, enquanto outros 34,4% (n= 11) informaram não ter concluído o ensino superior. Além disso, 21,9% (n= 07) declararam possuir pós-graduação lato sensu, 6,25% (n= 02) ensino médio completo e 3,05% (n= 01) ensino fundamental incompleto, conforme observado no Gráfico 1. Esses dados evidenciam que aproximadamente 90% dos participantes da pesquisa possuem, no mínimo, algum nível de ensino superior, o que indica um elevado grau de escolaridade dentro da amostra.

Gráfico 1- Grau de instrução dos participantes do estudo



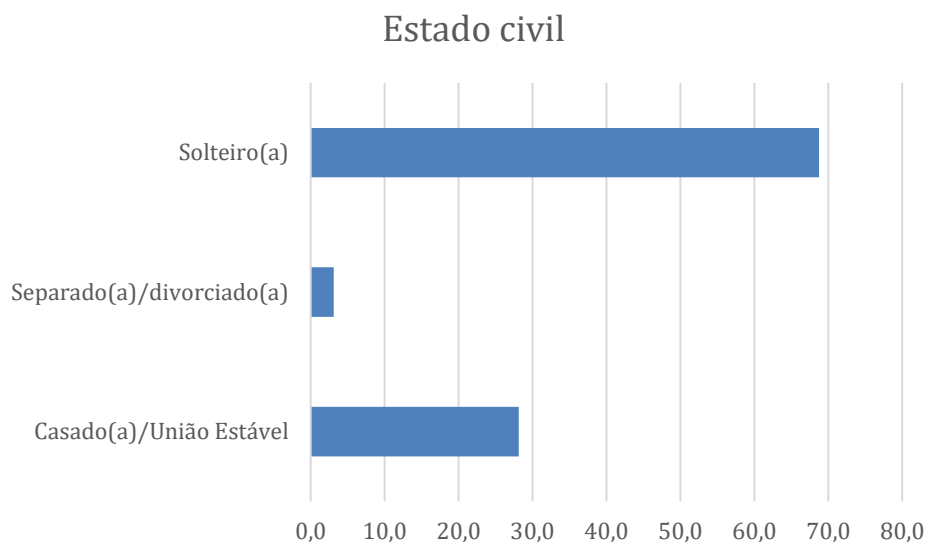
Fonte: Elaboração própria, 2025.

De acordo com o estudo realizado por Flores e Vieira (2016), o nível de escolaridade não exerce influência no endividamento, o que converge com o descrito por Silva (2014), que identificou que pessoas com maior nível educacional possuíam mais propensão a contrair dívidas.

No que se refere ao estado civil, a maior parte dos participantes 68,8% (n= 22) relatou estar solteira. Outros 28,1% (n= 09) informaram estar casados ou em união estável e 3,1% (n= 01) declarou estar separado ou divorciado, conforme apresentado no Gráfico 2. Segundo Flores (2012), indivíduos solteiros, viúvos ou separados são mais propensos ao endividamento. No caso dos viúvos e separados, essa tendência

pode ser explicada pelo fato de que seus compromissos financeiros na maioria das vezes não são exclusivamente pessoais.

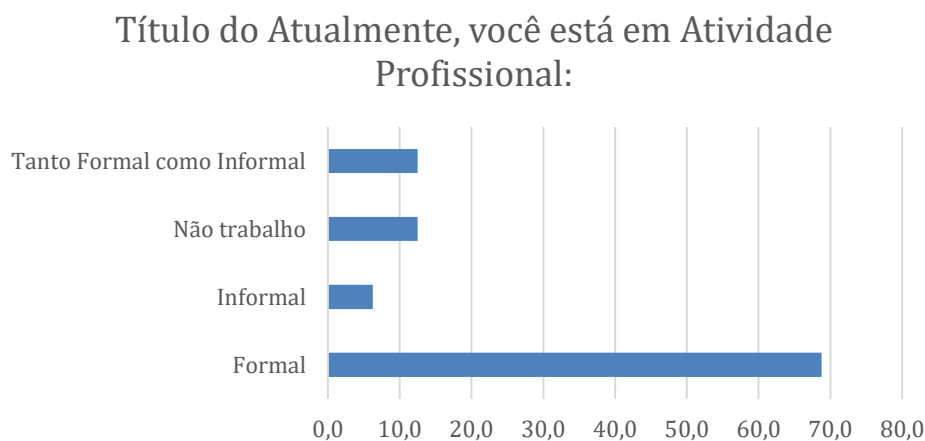
Gráfico 2 – Estado civil dos participantes do estudo



Fonte: Elaboração própria, 2025.

No tocante à atividade profissional, a maioria dos participantes 68,8% (n= 22) relatou trabalhar de maneira formal. Outros 12,5% (n= 04) informaram trabalhar tanto de maneira formal como informal, 12,5% (n= 04) declararam não estar trabalhando, e 6,2% (n= 02) atuar de forma exclusivamente informal, como observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Atividade profissional dos participantes do estudo

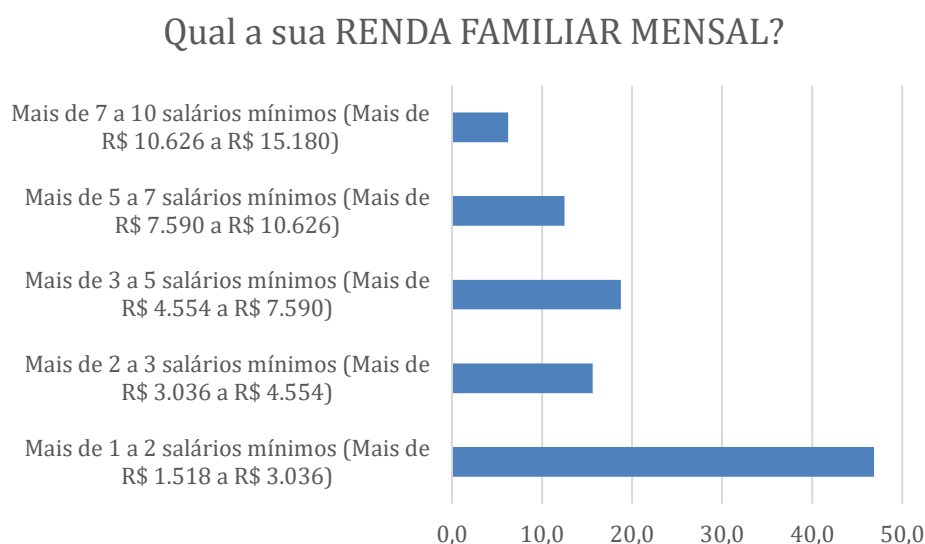


Fonte: Elaboração própria, 2025.

Kamakia; Mwangi e Kihara (2016), afirma que é comum trabalhadores enfrentarem situações de endividamento, o que pode ter como consequência a instabilidade emocional além do comprometimento da produtividade.

Quanto à renda familiar mensal dos participantes, observou-se que 46,9% (n= 15) informaram receber entre 1 e 2 salários-mínimos, 15,6% (05) entre 2 e 3 salários-mínimos, 18,8% (n= 06) entre 3 e 5 salários-mínimos, 12,5% (n= 04) entre 5 e 7 salários-mínimos e 6,2% (n= 02) entre 7 e 10 salários-mínimos (Gráfico 4).

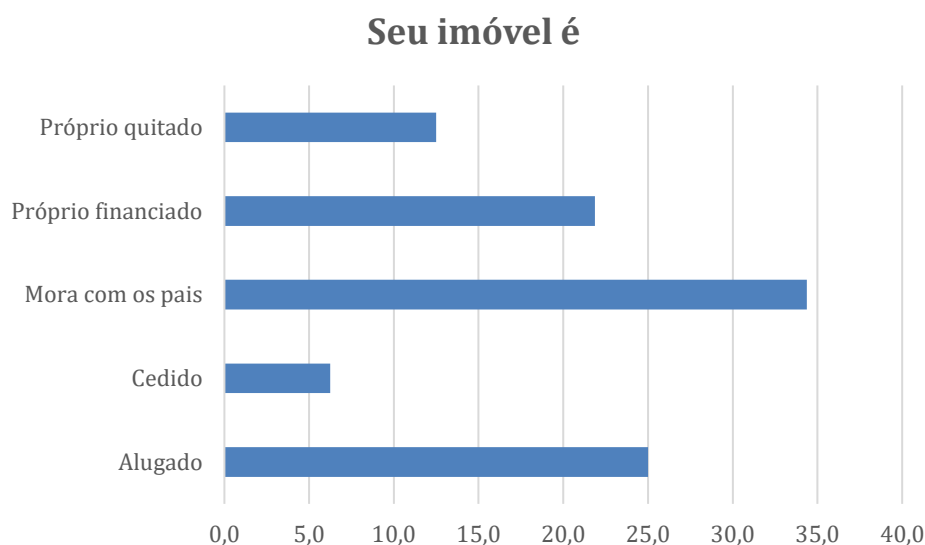
Gráfico 4 – Renda familiar mensal dos participantes do estudo



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Dados do estudo realizado por Silva; Silva Neto e Araújo (2017), afirmam que quanto maior a renda, melhor o comportamento financeiro do indivíduo, o que acaba contribuindo para uma menor propensão ao endividamento.

Com relação à moradia, 34,4% (n= 11) dos participantes informaram morar com os pais, 25% (n= 08) residem em imóvel alugado, 21,9% (n= 07) possuem imóvel próprio financiado, 12,5% (n= 04) tem imóvel próprio quitado; e 6,2% (n= 02) mora em imóvel cedido, conforme ilustrado no Gráfico 5.

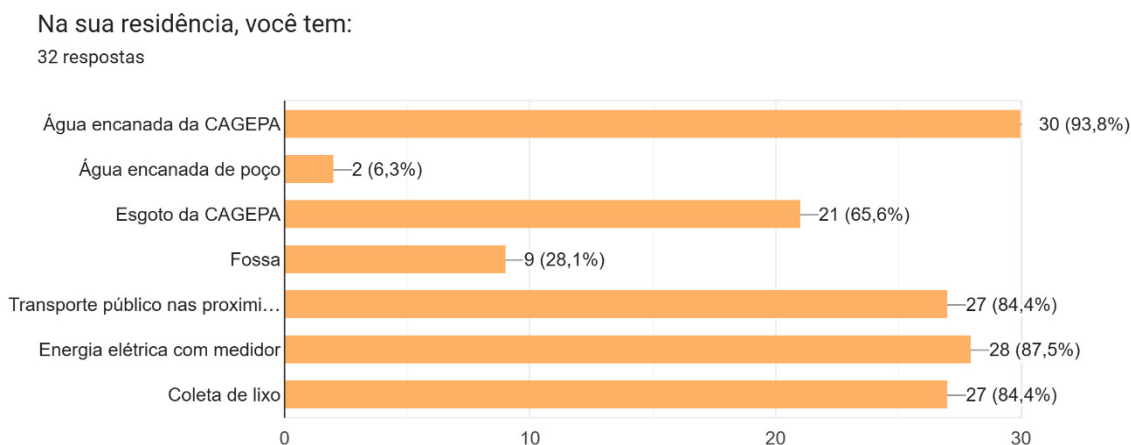
Gráfico 5 – Imóvel dos participantes do estudo

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), identificam que famílias que residem em moradias alugadas ou cedidas tendem a apresentar maior nível de endividamento, uma vez que destinam grande parte de sua renda ao pagamento do aluguel (IPEA, 2023).

No que se refere aos itens de infraestrutura presentes nas residências dos participantes observou-se que 93,8% (n= 30) relataram ter acesso a água encanada fornecida pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), enquanto 6,3% (n= 02) possuem abastecimento de água proveniente de poço. Quanto ao saneamento básico, 65,6% (n= 21) tem acesso à rede de esgoto da CAGEPA e 28,1% (n= 09) utilizam fossas sépticas. Em relação ao transporte público, 84,4% (n= 27) declararam ter acesso a esse serviço nas proximidades de sua residência, assim como à coleta regular de lixo. Além disso, 87,5% (n= 28) afirmaram possuir energia elétrica com medidor individual em suas residências (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Itens de infraestrutura presentes nas residências dos participantes do estudo

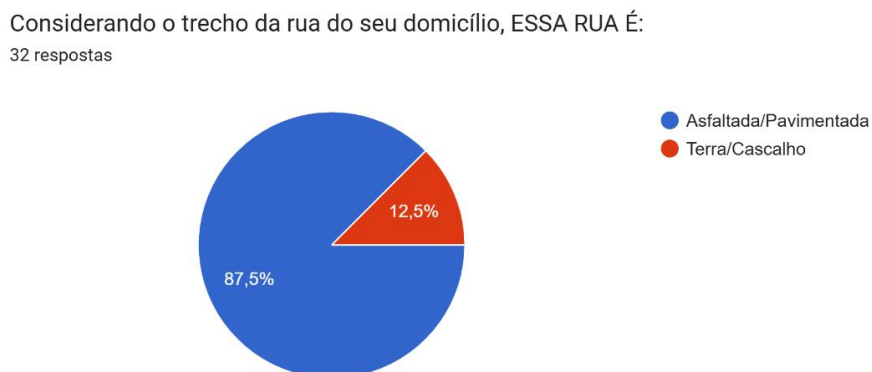


Fonte: Elaboração própria, 2025.

Dessa forma, verifica-se que, mesmo quando há acesso à infraestrutura mínima, uma parcela significativa da renda fixa é destinada a despesas básicas, como água, energia e transporte, o que acaba atuando como um dos fatores que contribuem para o endividamento desses indivíduos.

Ainda sobre a infraestrutura das residências, 87,5% (n= 29) dos participantes relataram morar em ruas asfaltadas ou pavimentadas, enquanto 12,5% (n= 04) vivem em vias de terra ou cascalho, conforme apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Infraestrutura da rua das residências dos participantes do estudo.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Diante disso, pode-se observar que a ausência de infraestrutura adequada, como pavimentação da rua em que reside, tende a refletir na periferização de moradias. Como aponta o IPEA (2021), “a precariedade da infraestrutura urbana nos territórios de baixa renda contribui para a intensificação da vulnerabilidade socioeconômica e para a ampliação do endividamento das famílias”.

No que tange à atividade profissional, 90,9% (n= 30) dos participantes relataram estar trabalhando ou estagiando, enquanto 9,1% (n= 03) declararam não exercer nenhuma atividade remunerada. Sobre a atividade principal exercida 56,25% (n= 18) afirmaram estar empregados com carteira assinada, 15,62% (n= 05) são estudantes e/ou estagiários, 12,5% (n= 04) são servidores públicos ou ocupam cargos comissionados, 9,4% (n= 03) são aposentados ou pensionistas, 3,12% (n= 01) atua como autônomo; e 3,12% (n= 01) está empregado, mas sem carteira assinada (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização da atividade profissional da população participante da pesquisa

Variáveis	Amostra		Grupo total	
	N	(%)	N	(%)
Atividade profissional				
Trabalho/estágio	29	90,6	32	100
Sem atividade remunerada	03	9,4		
Atividade principal				
Empregado(a) com carteira assinada	18	56,25	32	100
Empregado(a) sem carteira assinada	01	3,12		
Estudante/estagiário	05	15,62		
Aposentado/pensionista	03	9,4		
Servidor público/cargo comissionado	04	12,5		
Autônomos	01	3,12		

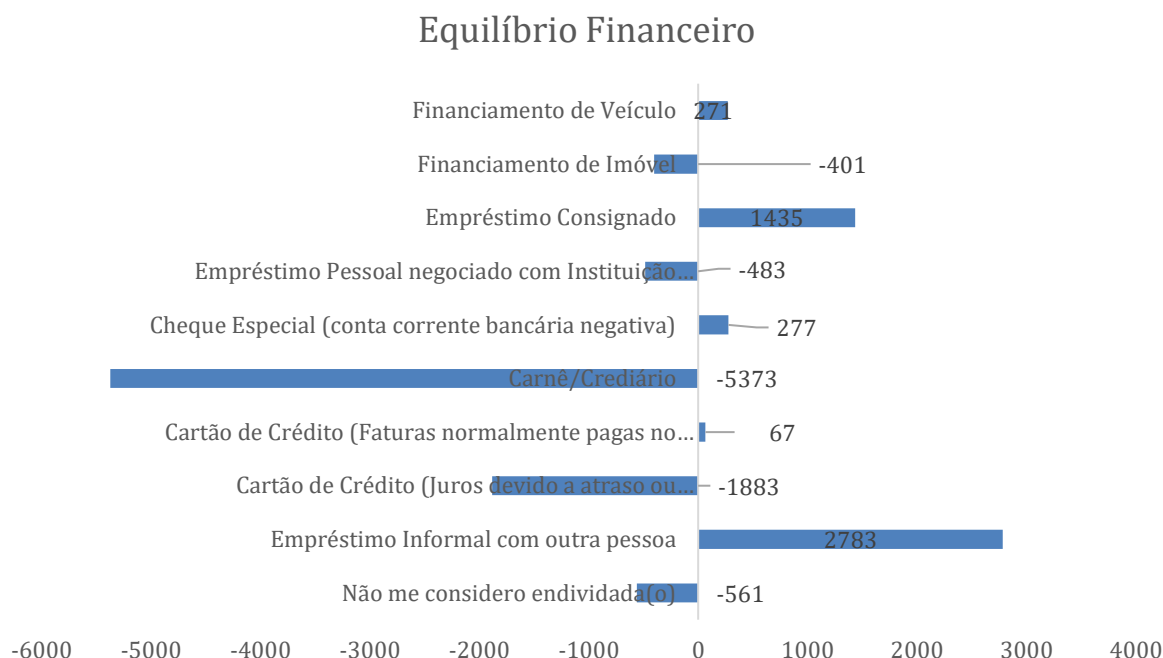
Fonte: Elaboração própria, 2025.

Como afirma Potrich *et al.* (2016), os vínculos formais de trabalho podem facilitar o acesso ao crédito, o que, por sua vez, pode resultar em maior comprometimento de rendimentos, e consequentemente um endividamento excessivo.

Analisando o Gráfico 8, observamos um perfil de endividamento concentrado no uso do carnê/crediário, sendo esta a principal fonte de desequilíbrio financeiro entre os participantes. Em seguida, temos também a dívida causada por juros devido ao

atraso ou pagamento mínimo de cartões de crédito.

Gráfico 8. Tipos de dívidas declaradas pelos participantes



Fonte: Elaboração própria, 2025.

O empréstimo informal com outra pessoa, indica que os respondentes acreditam que recorrer a dinheiro emprestado a conhecidos/familiares apresenta menos juros, sendo assim menos prejudicial. Também fica evidenciado o acesso ao crédito através de compromissos de longo prazo, como os empréstimos consignados.

Ao analisar o comprometimento de renda dos participantes, disposto na Tabela 3, verificou-se que maior gasto médio – e o mais constante – concentra-se na categoria relacionada à alimentação. Indicadores como idas a restaurantes, bares e lanchonetes; vestuário e acessórios; farmácia e energia elétrica reforçam que a maior parte da renda disponível está alocada em necessidades básicas e de consumo imediato.

Tabela 3. Caracterização dos gastos da população participante da pesquisa

Categoria de gastos	Média	Mediana	Modo	Mínimo	Máximo
Alimentação (Padaria, Feira, Supermercado)	4,75	5	6	1	8
Restaurantes/Bares/Lanchonetes	2,56	3	3	0	6
Vestuário e Acessórios	2,00	2	2	1	4
Farmácia	1,91	2	1	0	4
Energia Elétrica	1,88	2	2	0	4
Uber/Táxi	1,84	2	1	0	5
Viagens de lazer (passagens aéreas, seguro viagem e outras despesas com viagem)	1,78	1	0		
Produtos de higiene e beleza	1,78	2	2	0	7
IPTU/ITR	1,63	1,5	0	0	4
Combustível	1,59	1	0	0	5
Telefone/Internet	1,56	1,5	1	0	6
Aluguel	1,56	0	0	1	3
Água	1,47	1	1	0	7
IPVA	1,47	0	0	0	5
Festas/presentes	1,44	2	2	0	3
Plano de saúde	1,44	0	0	0	8
Financiamento de imóvel	1,34	0	0	0	6
Médicos (consultas/procedimentos/exames)	1,31	1	0	0	5
Aquisição de bens permanentes	1,31	0	0	0	8
Compras (produtos e serviços não citados)	1,19	1	0	0	3
Manutenção de veículo	1,16	1	0	0	6
Shows/cinema/teatro	1,09	1	1	0	4
Hospedagem (hotel/resort/flat/pousada)	1,06	0	0	0	7
Financiamento de veículo	1,03	0	0	0	7
PET	0,97	1	0	0	3
Condomínio	0,88	0	0	0	4
Academia/Pilates	0,84	1	0	0	3
Livros e materiais escolares	0,78	1	0	0	2
Cursos de capacitação	0,56	0	0	0	3
Clubes e materiais esportivos	0,53	0	0	0	3
Escola	0,53	0	0	0	6
Seguro	0,53	0	0	0	4
Doações	0,50	0	0	0	2
Transporte coletivo	0,47	0	0	0	2
Faculdade/universidade	0,25	0	0	0	4
Funcionário(a)/diarista	0,22	0	0	0	3
Estacionamento	0,19	0	0	0	2
Curso de idiomas	0,09	0	0	0	2

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Segundo um levantamento realizado pela Serasa (2023), 59% das dívidas no cartão de crédito estão associadas à compra de alimentos. Em segundo lugar, compras de roupas, calçados, dentre outros foram responsáveis por 46% dos endividamentos por cartão dos consumidores. As categorias com moda igual a zero indicam que a maioria das pessoas não teve gastos nessas áreas, como é o caso de: aluguel, IPVA, plano de saúde, financiamento de imóvel, faculdade/universidade, curso de idiomas e contratação de funcionário(a)/diarista.

Uma maior dispersão (diferença entre o gasto mínimo e o máximo) pode ser observada nas categorias relacionadas a alimentação; plano de saúde, aquisição de bens permanentes, viagens de lazer e aluguel.

Quanto aos diferentes tipos de dívidas (Tabela 4), observou-se que o cartão de crédito (fatura) é o tipo de dívida mais recorrente entre os respondentes, apresentando a maior média (5,41), mediana e moda de valor 5. Tal fato assemelha-se aos dados fornecidos pela PEIC, que revelam que 77,3% das pessoas estão endividadas com o cartão de crédito, levando-os à inadimplência (PEIC, 2017).

Em segundo lugar, destaca-se o uso do cartão de débito, com média de 2,69, mediana 2 e moda 2. Conforme descrito pela Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS) o uso do cartão de débito não é considerado uma dívida, mas a utilização deste meio de pagamento demonstra a substituição ao dinheiro em espécie (ABECS, 2013).

O cartão de crédito com cobrança de juros apresenta uma média de 2,41, mas com modo igual a 0, o que significa que alguns indivíduos pagam juros de forma recorrente, enquanto outros não possuem esse tipo de despesa. Soman e Cheema (2002), relatam que as pessoas tendem a gastar mais no cartão de crédito a medida que o limite deste é aumentado, o que vem acompanhado de crescimento de inadimplência.

As demais formas de endividamento, como empréstimos pessoais, empréstimos consignados, cheque especial, carnês e cheques, apresentam médias inferiores a 1, indicando que são menos frequentes entre os participantes da pesquisa. Vale destacar que quase todas as categorias se apresentaram igual a 8 indicando que alguns indivíduos acumulam vários tipos de dívida. Carvalho; Souza e Fuentes (2017), definem endividado como a pessoa que acumula dívidas de forma voluntária.

Com relação ao empréstimo consignado, mesmo este sendo uma forma de

crédito com taxas de juros mais baixas, teve média de apenas 0,56, o que significa ter tido baixa adesão a essa modalidade, possivelmente por estar disponível aos respondentes classificados como trabalhadores informais ou autônomos. Já o carnê/crediário, apresentou a menor média (0,16), que pode ter ocorrido por estar em desuso, refletindo a substituição destes por outros meios de crédito.

Tabela 4. Caracterização do tipo de dívida da população

Tipo de Dívida	Média	Mediana	Modo	Mínimo	Máximo
Cartão de Crédito (Fatura)	5,41	5	5	0	8
Cartão de débito	2,69	2	2	0	8
Cartão de Crédito (Juros)	2,41	2	0	0	8
Dinheiro (pagamentos à vista)	1,81	2	2	0	7
Empréstimos (crédito pessoal)	1,09	0	0	0	8
Empréstimos consignados	0,56	0	0	0	8
Cheque especial	0,25	0	0	0	8
Cheque	0,25	0	0	0	8
Carnê / Crediário	0,16	0	0	0	3

Fonte: Elaboração própria, 2025.

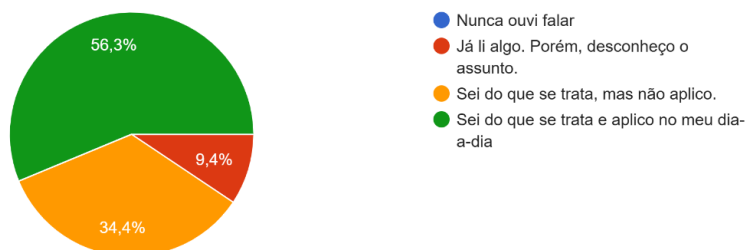
Os resultados evidenciam que o cartão de crédito é a principal forma de endividamento entre os participantes, seguido pelo cartão de débito como substituto ao dinheiro em espécie, enquanto as demais modalidades apresentam baixa frequência, reforçando a predominância do uso do crédito rotativo e o risco de inadimplência associado a esse comportamento.

No que diz respeito ao termo Educação Financeira, observou-se que 56,3% (n= 18) dos participantes afirmaram compreender o conceito e aplicá-lo em seu cotidiano, outros 34,4% (n= 11) informaram conhecer o termo, mas não o aplicam no dia-a-dia, o que pode indicar uma lacuna entre o saber teórico e o comportamento financeiro efetivo. Além disso, 9,4% (n= 03) dos participantes relataram já ter tido algum contato com o tema, mas não compreendem de fato (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Conhecimento dos participantes do estudo sobre Educação financeira.

Diante do termo Educação Financeira, como você se posiciona?

32 respostas

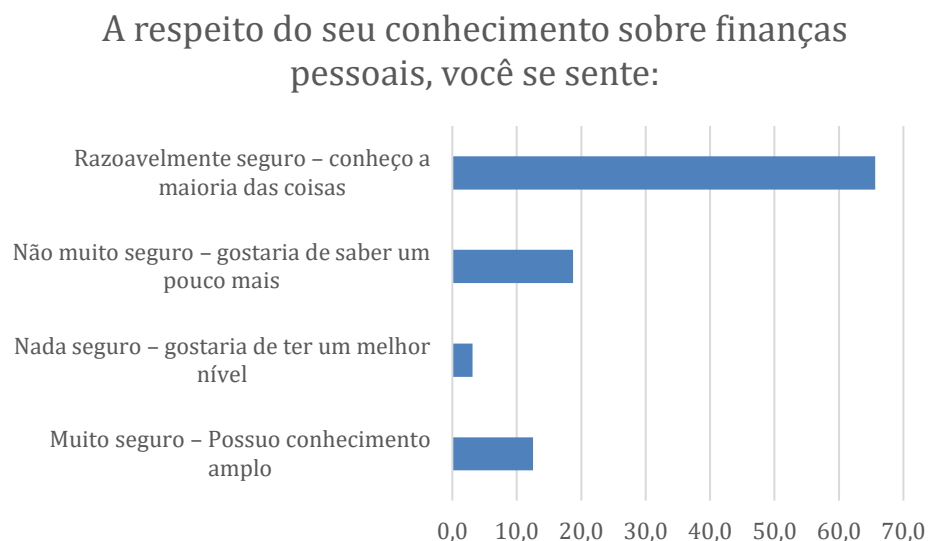


Fonte: Elaboração própria, 2025.

A importância do conhecimento sobre Educação Financeira é destacada por Braunstein e Welch (2002), que ressaltam que ele afeta diretamente a capacidade do indivíduo de poupar e que, na sua ausência, as pessoas tornam-se mais suscetíveis a crises financeiras.

Ao serem questionados sobre o próprio conhecimento sobre finanças pessoais, a maioria dos participantes 65,6% (n= 21) afirmou sentir-se razoavelmente segura, relatando conhecer a maioria dos assuntos relacionados ao tema. Outros 18,8% (n= 06) declararam não se sentir muito seguros, embora tenham interesse em aprender mais. Apenas 12,5% (n= 04) dos respondentes disseram sentir-se muito seguros, afirmando possuir um conhecimento amplo sobre finanças pessoais. Por fim, um percentual menor 3,1 % (n= 01) relatou não se sentir seguro em relação ao tema, expressando o desejo de desenvolver um melhor nível de conhecimento, conforme observado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Conhecimento dos participantes do estudo sobre Finanças pessoais.



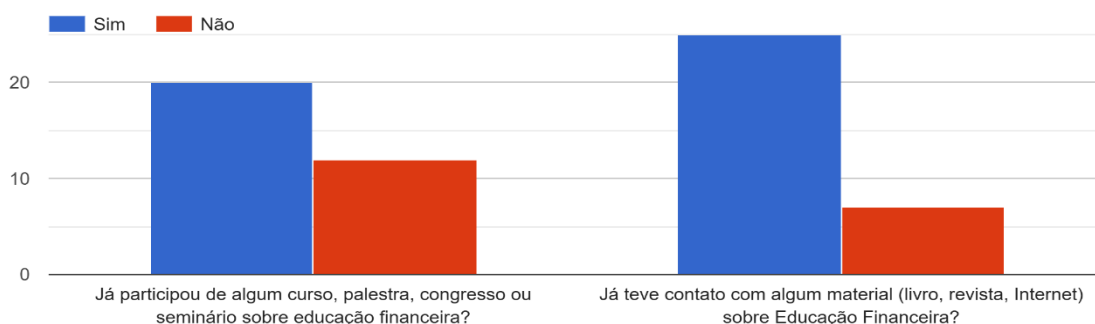
Fonte: Elaboração própria, 2025.

Um indivíduo alfabetizado financeiramente apresenta atitude financeira positiva, resultando em um comportamento mais adequado e em uma gestão financeira mais eficaz, conforme ressalta Potrich (2015).

Quando questionados sobre a experiência formal com educação financeira 62,5% (n= 20) dos participantes relataram já ter participado de algum curso, palestra, congresso ou seminário relacionados à temática. Por outro lado, o contato com a educação financeira em fontes informais, como livros, revistas ou conteúdos disponíveis na internet, foi ainda mais expressivo: 78,12% (n= 25) dos participantes afirmaram já ter tido acesso a esse tipo de material (Gráfico 11). Apesar da importância do acesso a conteúdo formais, nem sempre o conhecimento adquirido é suficiente para evitar o endividamento.

Gráfico 11 – Experiência dos participantes do estudo sobre educação financeira formal e informal.

A respeito de sua Educação Financeira, responda:



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Diante disso, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destaca que aplicar esse conhecimento adquirido e transformá-los em atitudes que resultem uma gestão financeira responsável são ainda mais importantes (OCDE, 2020).

Em relação às ferramentas utilizadas para o controle de gastos (Tabela 5), observou-se que a fatura do cartão de crédito é apontada como a ferramenta mais utilizada, com uma média de 3,84 e mediana e moda igual a 4. Esses resultados indicam que a maioria dos indivíduos utiliza frequentemente esse recurso para acompanhar seus gastos.

O extrato bancário apresentou média de 3,16 e as planilhas eletrônicas média de 3,09. Já o uso de cadernos de anotações e aplicativos apresenta médias mais baixas (2,56 e 2,22, respectivamente), com moda 1, o que revela que muitos indivíduos raramente ou nunca utilizam esses métodos.

Tabela 5. Frequência de uso de ferramentas de controle de gastos pessoais

Ferramentas de controle de gastos	Média	Mediana	Modo	Mínimo	Máximo
Fatura do Cartão de Crédito	3,84	4	4	2	5
Extrato Bancário	3,16	3	4	1	5
Planilhas Eletrônicas	3,09	3	4	1	5
Caderno de Anotações	2,56	2	1	1	5
Aplicativos	2,22	2	1	1	5

Escala: (1) Nunca; (2) Raramente; (3) Algumas vezes; (4) Frequentemente; (5) Sempre.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

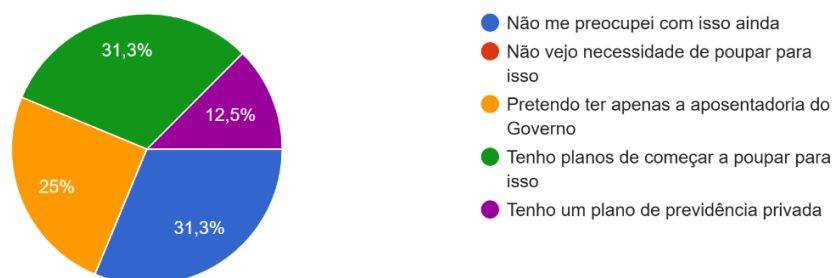
A menor média observada foi nos aplicativos (2,22), o que pode sugerir resistência ao uso de novas tecnologias ou desconhecimento das funcionalidades e benefícios desses recursos.

No que se refere à preocupação com a aposentadoria, 31,3% (n= 10), afirmou que ainda não se preocupa com esse tema, o que pode indicar o planejamento financeiro à curto prazo, situação mais comum entre adultos jovens. Outros 31,3% (n= 10) relataram que têm intenção de começar a poupar para a aposentadoria, enquanto 25% (n= 08) afirmaram que pretendem depender exclusivamente da aposentadoria pública fornecida pelo governo. Por fim, apenas 12,5% (n= 04) informaram possuir plano de previdência privada ativo, o que indica um número bastante reduzido de participantes com estratégias formais de proteção financeira para a terceira idade (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Planejamento Previdenciário: Expectativas e Ações entre os Participantes

Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?

32 respostas



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A falta de poupança previdenciária acaba deixando as pessoas em situação de vulnerabilidade social, levando-as a recorrer ao crédito para suprir suas necessidades básicas, conforme reiteram Carvalho e Santos (2021).

A Tabela 6 demonstra a média de acertos dos participantes em relação a questões problemas descritos no questionário. Observa-se que os indivíduos que possuem financiamento de imóvel e empréstimo consignado apresentaram as maiores médias de acertos, 13 acertos. Isso pode indicar que pessoas com esse tipo de dívida tendem a ter maior nível de conhecimento sobre os temas abordados.

Na sequência, destacam-se os portadores de cartão de crédito com juros do rotativo e os que possuem empréstimos informais com amigos ou familiares, também com médias acima de 10 acertos. Por outro lado, os indivíduos com fatura do cartão de crédito em aberto aparecem com uma média de acertos mais baixa, com média em torno de 5 a 6 acertos. Isso pode refletir um menor nível de compreensão sobre o funcionamento do crédito e suas implicações, o que possivelmente contribui para a manutenção do endividamento.

Tabela 6 – Conhecimento dos participantes sobre educação financeira

Dívidas	N	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
Cartão de Crédito (Faturas normalmente pagas no Vencimento)	32	0,56	1	1	0	1
Não me considero endividada(o)	32	0,38	0	0	0	1
Empréstimo Pessoal negociado com Instituição Financeira	32	0,16	0	0	0	1
Financiamento de Imóvel	32	0,16	0	0	0	1
Financiamento de Veículo	32	0,13	0	0	0	1
Empréstimo Consignado	32	0,09	0	0	0	1
Empréstimo Informal com outra pessoa	32	0,06	0	0	0	1
Cartão de Crédito (Juros devido a atraso ou pagamento mínimo)	32	0,06	0	0	0	1
Carnê/Crediário	32	0,03	0	0	0	1
Cheque Especial (conta corrente bancária negativa)	32	0,03	0	0	0	1

Fonte: Elaboração própria, 2025.

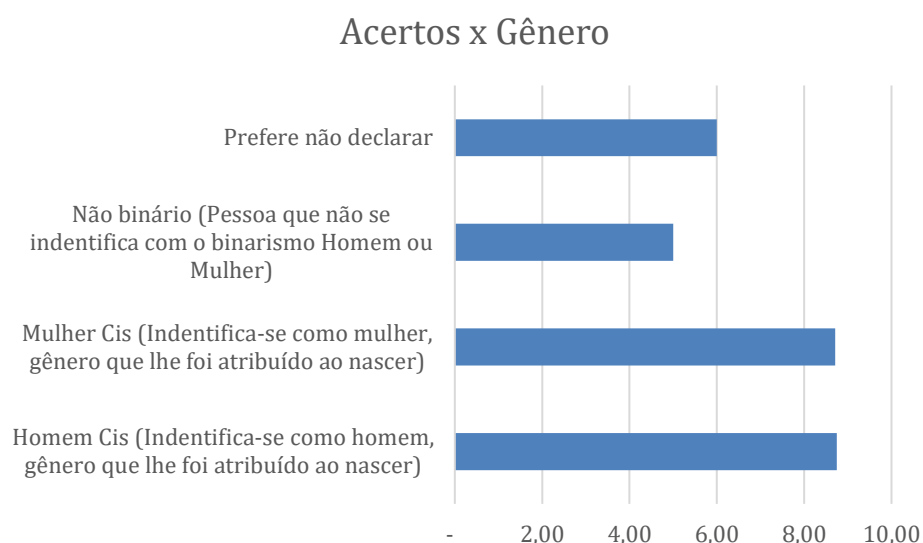
Dessa forma, a tabela reforça a ideia de que a educação financeira pode influenciar diretamente na gestão financeira das pessoas. Tal fato pode ser observado no estudo realizado por Piccini e Pinzetta (2014), no qual verificou-se que as pessoas com maior educação financeira apresentavam uma vida financeira mais controlada. Isso foi identificado por Lucci *et al.* (2006), que destacaram que a qualidade da educação financeira influencia diretamente nas tomadas de decisões, especialmente no que se refere à escolha consciente entre diferentes modalidades de crédito e à capacidade de lidar com compromissos financeiros.

O gráfico 13 apresenta a média de acertos obtidos distribuídos por identidade de gênero. A média geral de acertos foi de aproximadamente 8,5, servindo como referência para as comparações entre os diferentes grupos de gênero.

O indivíduo que "prefere não declarar" sua identidade de gênero obteve a maior média de acertos, com cerca de 11,8, destacando-se significativamente em relação aos demais grupos.

As mulheres cisgênero apresentaram uma média levemente superior à dos homens cisgênero. A diferença, embora sutil, sugere uma tendência de desempenho um pouco mais elevado entre mulheres no que se refere ao conteúdo avaliado.

Gráfico 13 – Quantidade de acertos sobre educação financeira de acordo com o gênero dos participantes



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Tais resultados divergem do descrito por Flores e Vieira (2016), que em sua pesquisa identificaram que os homens apresentam coeficientes mais elevados de alfabetização financeira. No entanto, apesar desse maior nível de conhecimento, os autores apontam que os homens tendem a enfrentar mais dificuldade em administrar seu dinheiro, em virtude da relação simbólica estabelecida entre dinheiro e o poder, o que consequentemente acaba levando a decisões financeiras mais desequilibradas.

O grupo não binário apresentou a menor média de acertos, ficando abaixo da média geral.

A tabela 6 apresenta uma análise detalhada dos únicos (n=2) respondentes que declararam possuir crédito consignado, permitindo observar suas características socioeconômicas, percepções financeiras e situação de endividamento.

Quanto ao perfil socioeconômico, ambos os respondentes possuem nível de escolaridade elevado, com pós-graduação, o que indica alto nível de escolaridade. No entanto, o Respondente A atua como empregado com carteira assinada no setor privado e afirmou possuir renda entre 3 e 5 salários-mínimos. Enquanto o Respondente B é aposentado ou pensionista do INSS, com renda entre 5 e 10 salários-mínimos, indicando maior estabilidade financeira.

Essa diferença de renda pode influenciar diretamente na forma como cada uma

lida com o crédito consignado e nas suas estratégias de planejamento financeiro. Conforme Silva e Nunes (2018), o aumento da renda está associado a ampliação da margem consignável, o que pode gerar uma falsa sensação de segurança financeira, incentivando o consumo por meio de crédito e consequentemente tornando o endividamento um problema contínuo. Quando se trata de percepção financeira, ambos se autodeclararam planejadores financeiros, se sentem muito seguros em relação às suas finanças e apresentam bom desempenho em conhecimento financeiro: o Respondente A afirma "conhecer, mas não aplicar" seus conhecimentos, tendo acertado 11 questões. Já o Respondente B declara "saber e aplicar", o que se confirma com um desempenho superior, com 13 acertos.

No que se refere às dificuldades financeiras, ambos acumulam outras dívidas, o que evidencia que o acesso à educação financeira e à estabilidade de renda não necessariamente elimina o endividamento múltiplo. Em consonância a isso, Medeiros *et al.* (2017), afirma que o crédito consignado geralmente é utilizado como meio de quitar outras dívidas, levando ao ciclo contínuo de endividamento.

Tabela 7 - Análise descritiva: perfil de respondentes que possuem crédito consignado

Característica Analisada	Respondente A	Respondente B
Perfil Socioeconômico		
Atividade Profissional	Empregado(a) de empresa privada com carteira assinada	Aposentado(a) ou Pensionista do INSS
Renda Familiar Mensal	Mais de 3 a 5 salários-mínimos	Mais de 5 a 10 salários-mínimos
Grau de Instrução	Pós-Graduação	Pós-Graduação
Percepção Financeira		
Comportamento Declarado	Planejador(a)	Planejador(a)
Nível de Confiança	Muito seguro	Muito seguro
Conhecimento (Autoavaliado)	Conheço, mas não aplico	Sei do que se trata e aplico
Conhecimento (Acertos)	11	13
Dificuldades Financeiras		
Acumula outras dívidas?	Sim	Sim
Quais dívidas acumula?	Cartão de Crédito (Pag. Mínimo)	Cartão de Crédito (Pag. Mínimo) e Cheque Especial

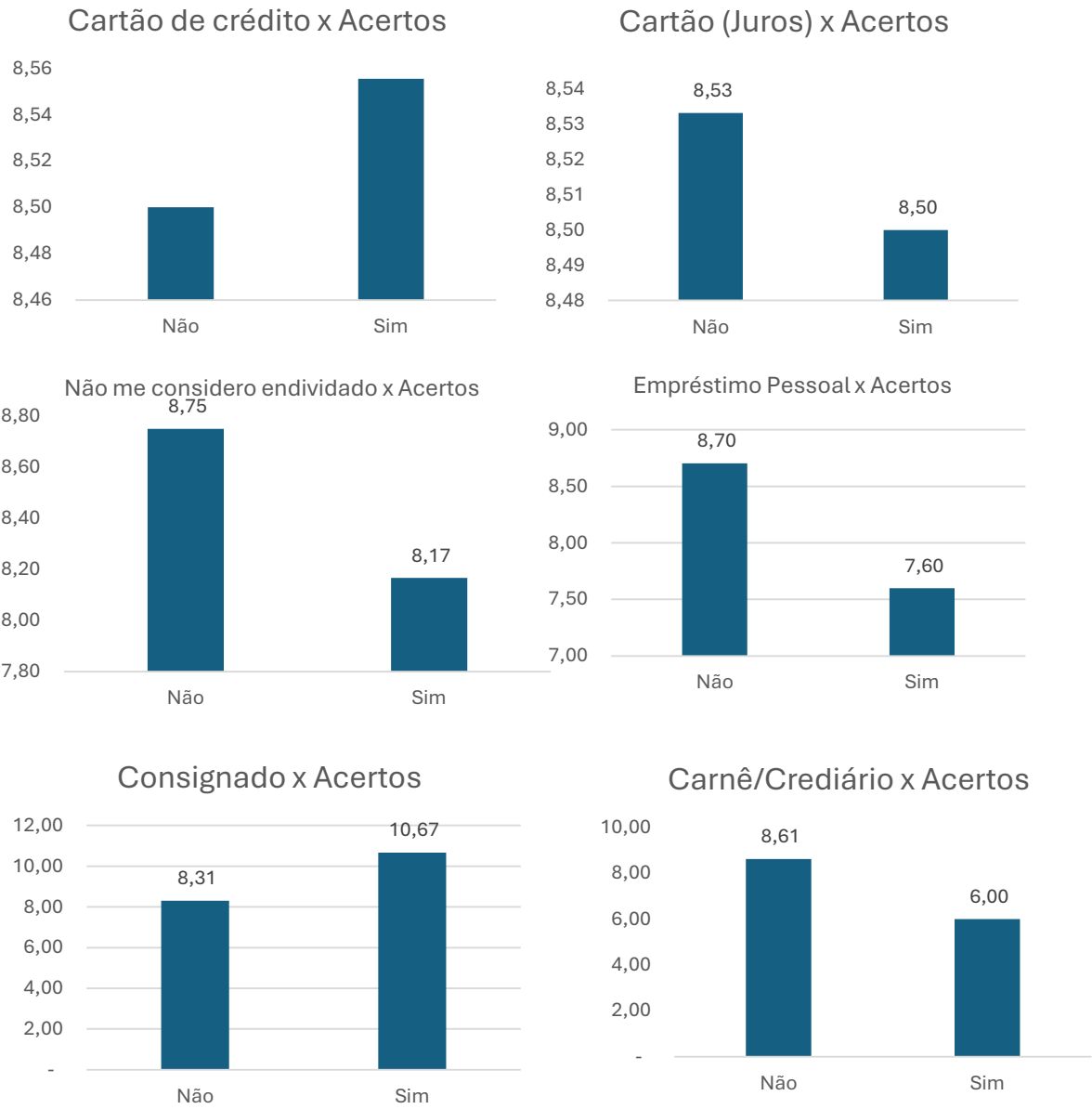
Fonte: Elaboração própria, 2025.

Assim, é possível concluir que o crédito consignado, sem o suporte de ferramentas de educação financeira, tende a deixar de cumprir seu papel de apoio ao

planejamento orçamentário, passando a contribuir para o agravamento da situação de endividamento.

O gráfico 14 evidencia que os maiores desempenhos foram alcançados por indivíduos que possuem empréstimo consignado ou utilizam cartão de crédito com pagamento das faturas no vencimento aliado ao financiamento de imóvel, ambos com média de 12 acertos, indicando maior controle financeiro. Em nível intermediário (9 a 11 pontos), estão participantes que se declararam não endividados, mas que ainda recorrem a financiamentos ou empréstimos informais, sugerindo certo domínio da gestão financeira. Já as menores médias (entre 4 e 6 pontos) concentram-se em modalidades como cartão de crédito com pagamento mínimo, carnê/crediário e empréstimo pessoal comum, geralmente associadas a juros elevados e menor previsibilidade.

Gráfico 14 – Relação entre endividamento e educação financeira



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Conclui-se, portanto, que o tipo de dívida assumida influencia diretamente o desempenho financeiro, sendo os melhores resultados associados a modalidades de crédito de menor risco e maior controle, enquanto as piores médias estão ligadas a formas de endividamento mais onerosas e menos sustentáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a relação entre alfabetização financeira e o endividamento, com foco específico nos empréstimos consignados. Estes são uma modalidade de crédito restrita a trabalhadores com vínculo formal, sendo estes: servidores públicos, aposentados/pensionistas, não sendo disponível para autônomos ou profissionais informais. Contudo, destaca-se que, em julho de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.179, que instituiu o Crédito do Trabalhador, ampliando o acesso ao crédito para essa parcela da população.

A partir da análise dos dados coletados, observou-se que apenas dois participantes faziam uso do crédito consignado, o que pode estar associado à natureza de suas carreiras profissionais. Esses indivíduos apresentavam alto grau de escolaridade e com renda mensal que variava entre três e dez salários-mínimos. Esses mesmos participantes apresentaram endividamento múltiplo, com isso concluímos que o grau de instrução e a renda mensal são características que não estão diretamente relacionados ao endividamento.

Com relação à alfabetização financeira, verificou-se que os participantes demonstraram conhecer o tema, mas que, na maioria das vezes, não aplicam esses conhecimentos em sua rotina financeira. Essa falta de aplicação acaba refletindo em uma vida financeira vulnerável, evidenciando que o conhecimento teórico, por si só, não é suficiente para garantir hábitos financeiros saudáveis. Na análise da relação entre endividamento e educação financeira, observou-se que indivíduos que utilizam modalidades de crédito mais organizadas e de menor risco, como o empréstimo consignado e o financiamento habitacional, apresentaram melhor desempenho, enquanto aqueles que recorrem a opções mais onerosas, como o pagamento mínimo do cartão de crédito ou carnês/crediário, obtiveram médias mais baixas, indicando maior fragilidade no manejo das finanças. Dessa forma, fica evidente que o tipo de endividamento está diretamente associado ao nível de aplicação prática dos conhecimentos financeiros. Por fim, destaca-se que os objetivos do estudo foram alcançados, ao demonstrar a relação entre alfabetização financeira e endividamento, evidenciando a importância de fortalecer práticas de educação financeira voltadas ao

uso consciente do crédito e ao desenvolvimento de hábitos sustentáveis de gestão financeira.

Por fim, reforço a necessidade de criação e implantação de políticas públicas e programas de educação financeira permanentes. Sugere-se ainda que sejam realizados mais estudos a respeito dessa temática, uma vez que a educação financeira é fundamental para garantir que a população faça uso de crédito de forma mais consciente, evitando o superendividamento e promovendo uma relação mais efetiva de gestão financeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABECS, Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços. **Mercado de meios eletrônicos de pagamento**, ano IV, 2013. Disponível em: <https://api.abecs.org.br/wp-content/uploads/2019/09/AbecsDatafolha-Mercado-deMeios-Eletronicos-de-Pagamento-Apresentacao2013.pdf> Acesso em: 16 jun. 2025.

ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy**: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária: crédito, endividamento e inadimplência das famílias**. Brasília: BCB, 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 08 ago. 2025.

_____. Endividamento das famílias bate recorde, diz Banco Central. **Folha de S. Paulo**, 28 dez. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/endividamento-das-familias-bate-recorde-diz-banco-central.shtml?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 ago. 2025.

BEAL, D. J.; DELPACHITRA, S. B. Financial Literacy Among Australian University Students. **Economic Papers**, v. 22, n. 1, p. 65–78, mar. 2003.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.292, de 12 de março de 2025. **Institui o Programa Crédito do Trabalhador e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 mar. 2025a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br>> Acesso em: 16 jun. 2025.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial Literacy**: An Overview of Practice, Research, and Policy. Federal Reserve Bulletin, p. 445-457. 2002.

CAMARGOS, M. A.; CAMARGOS, M. C. S.; ARAÚJO, E. A. A inadimplência em um programa de crédito de uma instituição financeira pública de Minas Gerais: uma análise utilizando regressão logística. **Revista de Gestão – USP**, v. 19, n. 3, p. 467-86, 2012.

CANHETE, D. P. **Concorrência entre produtos de crédito**: os mercados relevantes do cheque especial e do cartão de crédito rotativo. 2021. 31 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2818/2/DanielPalaroCanheteDissertacao2021.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2025.

CARVALHO, M.; SANTOS, R. *Planejamento previdenciário e endividamento na terceira idade: desafios e perspectivas*. **Revista Brasileira de Economia**, v. 75, n. 3, p. 350-369, 2021.

CARVALHO, H. A.; SOUSA, F. G. P.; FUENTES, V. L. P. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 100-15, 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Educação financeira: um panorama da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. Brasília: CVM, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm> . Acesso em: 08 ago. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Perfil do endividamento anual 2023)**. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/> Acesso em: 07 ago. 2025

COELHO, C. A; FUNCHAL, B. Strategic default and personal credit: the brazilian natural experiment. In: **Encontro Nacional de Economia**, 34., 2006, Rio de Janeiro (RJ). Anais...Rio de Janeiro: ANPEC, 2006.

COSTA, A. C. A; MELLO, J. M. P. Judicial risk and credit market performance: micro evidence from brazilian payroll loans. **NBER Working Paper** n. 12252, 2006.

FASSARELA, R. L. Impacto da Lei de Crédito Consignado nos diferentes Tipos de Crédito para Pessoa Física. **Brazilian Journal of Business**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 3023-3041, jul. /set. 2020.

FLORES, S. A. M. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M. Determinantes Comportamentais da Propensão ao Endividamento: Análise da Influência do Gênero. **Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales**, v. 12, n. 2, 175-90, dez. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, 296-316, 2010.

KAMAKIA, M.; MWANGI, W.; KIHARA, A. **Financial literacy and its impact on loan repayment by employees of state corporations in Kenya**. *International Journal of Economics, Commerce and Management*, United Kingdom, v. 4, n. 11, p. 184–201, 2016.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. **Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness**. NBER Working Paper No. 14808, março 2009.

MUHLHAUSEN, F.; LUZ, I. P.; MARÇAL, R. R. Educação financeira: um estudo do perfil do comportamento financeiro de acadêmicos dos cursos de gestão. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 38–59, nov. 2021.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES (OEC). **Endividamento e sobre endividamento das famílias: conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev/2002.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *PISA 2018 Resultados: Competência financeira dos estudantes*. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org> . Acesso em: 08 ago. 2025.

OLIVEIRA, S. A. P. Responsabilidade das celebridades em campanhas publicitárias de crédito consignado destinado a idosos. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 10, n. 2, p. 495-504, jul./dez. 2010.

OSEIFUAH, E.; GYEKYE, A.; FORMADI, P. Financial Literacy among Undergraduate Students: Empirical Evidence from Ghana. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**, v. 22, n. 6, p. 1-17, 2018.

PARAÍBA. Secretaria de Comunicação Institucional. Inadimplência cresce 2,03% na Paraíba, aponta pesquisa. **Portal A União**, João Pessoa, 12 abr. 2025. Disponível em: <https://www.auniao.pb.gov.br/noticias/economia/inadimplencia-cresce-2-03-na-paraiba-aponta-pesquisa> . Acesso em: 16 jun. 2025.

PEREIRA, E. P. C. **Uma análise do crédito consignado no Brasil com ênfase no impacto da crise financeira de 2008**. Monografia, 2011. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 47 f. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Eduardo_Prochnik_de_Carvalho_Pereira.pdf Acesso em: 20 jul. 2025.

PHILIPPAS, N. D.; AVDOULAS, C. 2020. “Children of Crisis: Financial Literacy and Financial Well-being among Generation-Z Business-School Students in Greece.” **European Journal of Finance**, v. 26, n. 4–5, p. 360–81, 2020.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A.; FILHO, R. B. Modelando a Propensão ao Endividamento: Os fatores comportamentais e socioeconômicos são determinantes? **Revista de La Facultad de Ciencias Económica: Investigación y Reflexión**, v. 24, n. 2, p.85-110, maio 2016.

ROBB, C. A.; BABIARZ, P.; WOODYARD, A. The demand for financial professionals' advice: the role of financial knowledge, satisfaction, and confidence. **Financial Services Review**, v. 21, n. 4, p. 291-305, 2012.

SALES, M. C. C. **A inadimplência do consumidor no financiamento de veículos**. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/31971/1/2017_tcc_mccsales.pdf > Acesso em: 16 jun. 2025.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SAVOIA, J. R. F. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de administração pública FGV**. 2018.

SERASA EXPERIAN. **Consumidores inadimplentes registram recorde histórico de pagamento de dívidas negativadas em 2023, aponta Serasa Experian**. Sala de Imprensa, 2024.

- SILVA, M. A.; NUNES, F. M. Crédito consignado e endividamento: uma análise do comportamento dos consumidores. **Revista Brasileira de Finanças e Comportamento do Consumidor**, v. 4, n. 1, p. 98–110, 2018.
- SILVA, A. B. B. **Mentes consumistas**: do consumismo à compulsão por compras. 1. ed. São Paulo : Globo, 2014.
- SILVA, J. G. Da; SILVA NETO, O. S.; ARAÚJO, R. C. da C. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104–120, 2017.
- SOMAN, D.; CHEEMA, A. The Effect of Credit on Spending Decisions: The Role of the Credit Limit and Credibility. **Marketing Science**, v. 21, No 1, pp. 32-53. 2002.
- VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; POTRICH, A. C. G.; CAMPARA, J. P.; PARABONI, A. L. Perception and Behavior of Financial Risk : Influence Analysis of the Occupation and SocioDemographic Variables. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, [s. l.], 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Educação Financeira e Endividamento por Empréstimos Consignados no Brasil – Formulários Google

Este formulário faz parte da pesquisa intitulada "**Endividamento por Empréstimos Consignados: Um Reflexo da Baixa Educação Financeira?**", desenvolvida como requisito para a conclusão do curso de Administração no Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

O objetivo deste questionário é investigar como o nível de educação financeira da população brasileira pode influenciar a tomada de decisões relacionadas ao crédito consignado, especialmente entre aposentados, pensionistas e servidores públicos.

A pesquisa busca compreender se o desconhecimento sobre conceitos financeiros básicos contribui para o aumento do endividamento nessa modalidade de crédito.

Fontes principais:

- OECD – Organization for Economic Cooperation and Development. *International Survey of Adult Financial Literacy Competencies*. 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf>. Acesso em 01/06/2024.
- Banco Central do Brasil. *Relatório de Cidadania Financeira*. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 01/06/2024.

As informações coletadas são **sigilosas e não identificáveis**, utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Sua participação é **voluntária** e muito importante para este estudo.

1. Você deseja participar? *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Sim
- ☐ Não

2. Que dívidas você possui (pode responder mais de uma)? *

(Marque todas que se aplicam)

- Não me considero endividada(o)
- Empréstimo informal com outra pessoa
- Cartão de crédito (juros devido a atraso ou pagamento mínimo)
- Cartão de crédito (faturas normalmente pagas no vencimento)
- Carnê/Credíário
- Cheque especial (conta corrente bancária negativa)
- Empréstimo pessoal negociado com instituição financeira
- Empréstimo consignado
- Financiamento de imóvel
- Financiamento de veículo

3. Gênero *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Mulher Cis (identifica-se como mulher, gênero atribuído ao nascer)
- ☐ Mulher Trans (identifica-se como mulher, diferente do gênero atribuído ao nascer)
- ☐ Homem Cis (identifica-se como homem, gênero atribuído ao nascer)
- ☐ Homem Trans (identifica-se como homem, diferente do gênero atribuído ao nascer)
- ☐ Não binário (não se identifica com o binarismo homem/mulher)

- ☐ Travesti
 - ☐ Prefere não declarar
-

4. Quanto à sua cor/raça/etnia, você se considera: *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Branca(o)
 - ☐ Preta(o)
 - ☐ Parda(o)
 - ☐ Amarela(o)
 - ☐ Indígena
 - ☐ Outro: _____
-

5. Ano de nascimento *

Resposta: _____

6. Grau de instrução *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Sem instrução
- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Médio incompleto
- ☐ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós-graduação Lato Sensu
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Outro: _____

7. Estado civil *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Solteiro(a)
 - ☐ Casado(a) / União estável
 - ☐ Separado(a) / Divorciado(a)
 - ☐ Viúvo(a)
 - ☐ Outro: _____
-

8. Atualmente, você está em atividade profissional: *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Formal
 - ☐ Informal
 - ☐ Tanto formal como informal
 - ☐ Não trabalho
 - ☐ Outro: _____
-

9. Qual a sua renda familiar mensal? *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.518)
- ☐ Mais de 1 a 2 salários mínimos (mais de R\$ 1.518 a R\$ 3.036)
- ☐ Mais de 2 a 3 salários mínimos (mais de R\$ 3.036 a R\$ 4.554)
- ☐ Mais de 3 a 5 salários mínimos (mais de R\$ 4.554 a R\$ 7.590)

- ☐ Mais de 5 a 7 salários mínimos (mais de R\$ 7.590 a R\$ 10.626)
- ☐ Mais de 7 a 10 salários mínimos (mais de R\$ 10.626 a R\$ 15.180)
- ☐ Mais de 10 a 15 salários mínimos (mais de R\$ 15.180 a R\$ 22.770)
- ☐ Mais de 15 a 20 salários mínimos (mais de R\$ 22.770 a R\$ 30.360)
- ☐ Mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 30.360)

10. Seu imóvel é: *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Próprio quitado
- ☐ Próprio financiado
- ☐ Alugado
- ☐ Cedido
- ☐ Mora com os pais
- ☐ Outro: _____

11. Na sua residência, você tem: *

(Marque todas que se aplicam)

- Água encanada da CAGEPA
- Água encanada de poço
- Esgoto da CAGEPA
- Fossa
- Transporte público nas proximidades
- Energia elétrica com medidor
- Coleta de lixo

12. Considerando o trecho da rua do seu domicílio, essa rua é: *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Asfaltada / Pavimentada
- ☐ Terra / Cascalho
- ☐ Outro: _____

13. Que quantidade dos itens a seguir você possui em sua residência? *

(Marcar apenas uma oval por linha)

Item	Não possui	1	2	3	4+
Carro de uso particular	☐	☐	☐	☐	☐
Motocicleta de uso particular	☐	☐	☐	☐	☐
Empregado(a) mensalista	☐	☐	☐	☐	☐
Máquina de lavar	☐	☐	☐	☐	☐
Banheiros	☐	☐	☐	☐	☐
Aparelho de DVD	☐	☐	☐	☐	☐
Geladeira	☐	☐	☐	☐	☐
Freezer	☐	☐	☐	☐	☐
Computadores (de mesa ou notebooks)	☐	☐	☐	☐	☐
Lavadora de louças	☐	☐	☐	☐	☐
Forno micro-ondas	☐	☐	☐	☐	☐
Secadora de roupa (ou lava e seca)	☐	☐	☐	☐	☐

14. Você está trabalhando ou estagiando? **(Marcar apenas uma oval)*

- ☐ Sim
- ☐ Não *(pular para a pergunta 17)*

15. Em relação a essa atividade profissional, você é (atividade principal): **(Marcar apenas uma oval)*

- ☐ Autônomo(a)
- ☐ Aposentado(a) / Pensionista
- ☐ D. Casa
- ☐ Empregador(a) / Proprietário(a)
- ☐ Empregado(a) com carteira assinada
- ☐ Empregado(a) sem carteira assinada
- ☐ Empregado(a) público(a) – cargo comissionado
- ☐ Estudante / Estagiário(a)
- ☐ Servidor(a) público(a)
- ☐ Vive de renda
- ☐ Outro: _____

16. Segmento (setor) profissional em que atua:

Resposta: _____

Gastos com Habitação

Para as opções a seguir, qual a faixa **mensal** de sua **renda familiar** comprometida com (em R\$)?

Escala:

- (0) R\$ 0
- (1) Até R\$ 100
- (2) Mais de R\$ 100 a R\$ 200
- (3) Mais de R\$ 200 a R\$ 300
- (4) Mais de R\$ 300 a R\$ 500
- (5) Mais de R\$ 500 a R\$ 1.000
- (6) Mais de R\$ 1.000 a R\$ 1.500
- (7) Mais de R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- (8) Mais de R\$ 2.000

17. Água *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

18. Energia elétrica *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

19. Telefone / Internet *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

20. Condomínio *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

21. Funcionário(a) / Diarista *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

22. Financiamento de imóvel *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

23. Aluguel *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

Gastos com Lazer

Mesma escala de valores (0 a 8).

24. Alimentação (Padaria, Feira, Supermercado) *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

25. IPTU / ITR *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

26. Restaurantes / Bares / Lanchonetes *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

27. Shows / Cinema / Teatro *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

28. Viagens de lazer (passagens, seguro, etc.) *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

29. Hospedagem (Hotel / Resort / Flat / Pousada) *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

30. Clubes e materiais esportivos *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

31. PET *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

32. Festas / Presentes *

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

Gastos com Educação

Mesma escala (0 a 8).

33. Escola ***34. Faculdade / Universidade *****35. Cursos de capacitação *****36. Cursos de idiomas *****37. Livros e materiais escolares *****Gastos com Mobilidade****38. Financiamento de veículo *****39. Manutenção de veículo *****40. Combustível *****41. IPVA *****42. Uber / Táxi *****43. Estacionamento *****44. Seguro *****Gastos com Saúde****45. Transporte coletivo *****46. Plano de saúde *****47. Farmácia *****Outros gastos****48. Academia / Pilates *****49. Médicos (consultas, exames, etc.) *****50. Aquisição de bens permanentes *****51. Doações *****52. Vestuário e acessórios ***

53. Produtos de higiene e beleza *

54. Compras (produtos e serviços não citados) *

Comprometimento com Dívidas

55. Cartão de crédito (juros) *

56. Cheque especial *

57. Empréstimos (crédito pessoal) *

Meios de pagamento

58. Empréstimos consignados *

59. Cartão de crédito (fatura) *

60. Carnê / Crediário *

61. Cheque *

62. Dinheiro (pagamentos à vista) *

63. Cartão de débito *

Atitude Financeira

Escala: 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo plenamente)

- Tenho renda suficiente para quitar obrigações e deixar reservas financeiras
- Tenho renda suficiente apenas para quitar compromissos financeiros
- Minha renda é insuficiente e preciso recorrer ao crédito
- Passarei a fazer planejamento financeiro quando acumular mais patrimônio
- Não acho necessário planejar gastos
- Pago o(s) meu(s) cartão(ões) de crédito na data de vencimento
- Prefiro comprar um produto financiado para tê-lo de imediato
- Prefiro juntar dinheiro para comprar à vista
- Comparo preços ao fazer uma compra
- É importante estabelecer metas financeiras
- Sigo um plano de gastos semanal ou mensal
- Poupo para comprar um produto mais caro
- Ao comprar a prazo, comparo as opções de crédito disponíveis
- Consigo identificar os custos ao financiar um bem ou serviço
- Pago o valor mínimo do(s) meu(s) cartão(ões) de crédito

Educação Financeira

65. Diante do termo "Educação Financeira", como você se posiciona? *

(Marcar apenas uma oval)

- ☐ Nunca ouvi falar
- ☐ Já li algo, porém desconheço o assunto
- ☐ Sei do que se trata, mas não aplico
- ☐ Sei do que se trata e aplico no meu dia a dia

66. A respeito do seu conhecimento sobre finanças pessoais, você se sente: *

- ☐ Nada seguro – gostaria de ter um melhor nível
- ☐ Não muito seguro – gostaria de saber um pouco mais
- ☐ Razoavelmente seguro – conheço a maioria das coisas
- ☐ Muito seguro – possuo conhecimento amplo

67. A respeito de sua educação financeira, responda: *

Pergunta	Sim	Não
Já participou de algum curso, palestra, congresso ou seminário sobre educação financeira?	☐	☐
Já teve contato com algum material (livro, revista, Internet) sobre educação financeira?	☐	☐

Conhecimento Financeiro

68. Com que frequência você utiliza as seguintes ferramentas de controle de gastos? *

Escala: 1 (Nunca) – 5 (Sempre)

Ferramenta	1	2	3	4	5
Caderno de anotações	☐	☐	☐	☐	☐
Extrato bancário	☐	☐	☐	☐	☐
Fatura do cartão de crédito	☐	☐	☐	☐	☐
Planilhas eletrônicas	☐	☐	☐	☐	☐
Aplicativos	☐	☐	☐	☐	☐

69. Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação? *

- ☐ Não me preocupei com isso ainda
- ☐ Não vejo necessidade de poupar para isso
- ☐ Pretendo ter apenas a aposentadoria do Governo
- ☐ Tenho planos de começar a poupar para isso
- ☐ Tenho um plano de previdência privada

Questões de Matemática Financeira

70. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá?

- ☐ Mais do que R\$ 150,00
- ☐ Exatamente R\$ 150,00
- ☐ Menos do que R\$ 150,00
- ☐ Não sei

71. Suponha que José herde R\$ 10.000,00 hoje e Pedro herde R\$ 10.000,00 daqui a 3 anos. Quem ficará mais rico?

- ☐ José
- ☐ Pedro
- ☐ São igualmente ricos
- ☐ Não sei

72. Imagine que a taxa de juros sobre sua poupança seja de 6% ao ano e a inflação de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você poderá comprar com o dinheiro dessa conta?

- ☐ Mais do que hoje
- ☐ Menos do que hoje
- ☐ Exatamente o mesmo
- ☐ Não sei

73. Suponha que no ano de 2026 sua renda dobrará e os preços também. Em 2026, o quanto você poderá comprar?

- ☐ Mais do que hoje
- ☐ Menos do que hoje
- ☐ Exatamente o mesmo

- ☐ Não sei
74. Considerando um longo período (10 anos), qual ativo oferece maior retorno?
- ☐ Poupança
 - ☐ Títulos públicos
 - ☐ Ações
 - ☐ Não sei
75. Normalmente, qual ativo apresenta maiores oscilações?
- ☐ Poupança
 - ☐ Títulos públicos
 - ☐ Ações
 - ☐ Não sei
76. Quando um investidor diversifica seus investimentos, o risco de perder dinheiro:
- ☐ Aumenta
 - ☐ Diminui
 - ☐ Permanece inalterado
 - ☐ Não sei
77. Um empréstimo de 15 anos normalmente exige parcelas maiores que um de 30 anos, mas com menos juros totais pagos. Essa afirmação é:
- ☐ Verdadeira
 - ☐ Falsa
 - ☐ Não sei
78. Você fez um empréstimo de R\$ 10.000,00 e pagará R\$ 600,00 de juros ao final de 1 ano. A taxa de juros é:
- ☐ 0,3%
 - ☐ 0,6%
 - ☐ 6%
 - ☐ Não sei
79. Uma TV custa R\$ 1.000,00 em duas lojas:
- Loja A dá desconto de R\$ 150,00; Loja B dá 10%. Melhor alternativa?
- ☐ Loja A
 - ☐ Loja B
 - ☐ Não sei
80. Cinco amigos recebem R\$ 1.000,00 para dividir igualmente. Quanto cada um recebe?
- ☐ 100
 - ☐ 200
 - ☐ 5.000
 - ☐ Não sei
81. Um investimento com alta taxa de retorno geralmente tem alto risco. Essa afirmação é:
- ☐ Verdadeira
 - ☐ Falsa
 - ☐ Não sei
82. Quando a inflação aumenta, o custo de vida diminui. Essa afirmação é:
- ☐ Verdadeira
 - ☐ Falsa
 - ☐ Não sei

Aplicações Financeiras

83. Quais são as suas aplicações financeiras? *(Marque todas que se aplicam)*

- Não tenho aplicações
- Ações

- Caderneta de poupança
- CDB
- CRI
- CRA
- Fintech (ex.: Nubank, Inter...)
- Fundo de aposentadoria
- Fundos de investimento
- Títulos privados de renda fixa (ex.: debêntures)
- Títulos públicos
- Outro: _____

Impacto do Endividamento na Qualidade de Vida

84. Como você percebe cada um dos aspectos abaixo?

Escala: 1 (Discordo totalmente) – 7 (Concordo totalmente)

Afirmação	1	2	3	4	5	6	7
O endividamento afeta minha saúde mental	(	(	(	(	(	(	(
	)	)	)	)	)	)	)
Já deixei de realizar algum plano ou sonho devido ao endividamento	(	(	(	(	(	(	(
	)	)	)	)	)	)	)
Acredito que a educação financeira poderia ter evitado meu endividamento	(	(	(	(	(	(	(
	)	)	)	)	)	)	)
Considero que as instituições financeiras oferecem informações claras sobre crédito	(	(	(	(	(	(	(
	)	)	)	)	)	)	)
Acredito que incluir educação financeira nas escolas poderia reduzir o endividamento da população	(	(	(	(	(	(	(
	)	)	)	)	)	)	)

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus João Pessoa - Código INEP: 25096850
	Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, CEP 58015-435, João Pessoa (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0002-56 - Telefone: (83) 3612.1200

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Trabalho de conclusão de curso

Assunto:	Trabalho de conclusão de curso
Assinado por:	Maite Oliveira
Tipo do Documento:	Anexo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Maite Laury Galdino Oliveira, DISCENTE (20211460071) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA, em 29/08/2025 17:44:07.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/08/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1591214
Código de Autenticação: 8634e68217

